

A IMPORTÂNCIA DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL E DO CONSUMO SAUDÁVEL DE ALIMENTOS NA ÓTICA DOS CONSUMIDORES DE DOM PEDRITO/RS

LIDIANE GIORGI TAMARA DA ROSA

GUSTAVO DA ROSA BORGES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA

RAÚL GRAF DE MIRANDA

ISABEL CRISTINA ROSA BARROS RASIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

THIAGO ANTÔNIO BEURON
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

A IMPORTÂNCIA DA PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL E DO CONSUMO SAUDÁVEL DE ALIMENTOS NA ÓTICA DOS CONSUMIDORES DE DOM PEDRITO/RS

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos o pensamento humano tem buscado consigo uma melhor compreensão sobre a existência, bem como, a participação do homem no meio em que vive, relacionando o mesmo a estudos, no que se refere à relação do impacto do ser humano sobre o meio ambiente, e a possibilidade de escassez dos recursos naturais, as diferenças sociais, as carências éticas, entre outros aspectos, nesse contexto surge à possibilidade de um desenvolvimento sustentável, diante das constantes mudanças que a sociedade contemporânea tem apresentado (SILVA; MENK, 2014).

Assodourian (2010) afirma que os atuais padrões de consumo estão se tornando cada vez mais insustentáveis e, portanto, se faz necessário que os mesmos sejam transformados, se assim a sociedade humana quiser manter o seu número populacional estável, ou até mesmo aumentá-lo, pois evidências demonstram que nos últimos cem anos, a humanidade extinguiu drasticamente os ecossistemas dos quais a mesma depende para sobreviver. Desta forma, o próprio ser humano se torna o protagonista que através de suas ações na busca constante por produtividade, crescimento e maximização dos lucros, acaba por afetar os mecanismos de regeneração naturais do planeta, de maneira a causar, pela primeira vez na história da humanidade, o esgotamento desses recursos, e em decorrência disso está originando um período insustentável de produção e consumo (EFING; GEROMINI, 2016).

Efing e Geromini (2016) alertam ainda para o atual modelo de desenvolvimento e crescimento econômico que somado a uma sociedade altamente consumista, acaba por colocar em risco a biodiversidade, e por consequência a perspectiva da existência humana. Desse modo fica perceptível, que cada vez mais a atual prática de consumo pode ser considerada como uma barreira ao alcance da sustentabilidade (ASSADOURIAN, 2010).

Silva e Menk (2014) destacam ainda que diante de tais fatos torna-se notável a necessidade da construção de um novo pensamento, voltado para o consumo consciente que traga uma preocupação coletiva do uso dos recursos, considerando que o indivíduo atribui relevante importância à origem dos produtos que são consumidos, principalmente pelo fato relacionado à maneira de produção, ponderando se a mesma ocasionou algum dano para o meio ambiente e para a sociedade (SILVA; GÓMES, 2013).

Cabe destacar que quando são consideradas questões culturais, históricas e sociais, somadas juntamente com as necessidades do indivíduo, há a construção de um consumo individual, que vem ser contrário ao consumo sustentável, qual expresso demonstra percepções de bem-estar coletivo (DE REZENDE PINTO; BATINGA, 2016). Por outro lado, quando o indivíduo internaliza a preocupação ambiental, ele passa a considerar as práticas sustentáveis, adotando uma postura mais social (TÓDERO; MACKE; BIASUZ, 2011).

Nesse contexto de consumo, as pessoas que possuem uma maior preocupação com questões ambientais buscam adquirir produtos orgânicos, salvo-conduto que esses produtos são livres de defensivos (agrotóxicos) que agridem a natureza, e ainda trazem benefícios à saúde (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009; OLIVEIRA; REVILLION; DE SOUZA, 2009; SAMPAIO et al., 2014).

Os consumidores com uma maior consciência ambiental têm mais probabilidade de comprar produtos sustentáveis, considerando que estudos relatam que os consumidores adotam costumes de compra baseados em diferentes estímulos, que vão desde a interpretação dos elementos, gerados pela comunicação mercadológica das organizações, até a sua própria consciência do que pode, ou não ser ecologicamente correto (MONTEIRO et al., 2012; TAMBOSI, 2014).

Cabe destacar, porém, que o consumidor que faz a opção por um produto que ocasione benefícios sociais, presa em primeiro lugar, entretanto, que esse produto não deixe de atender às suas necessidades individuais (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009), e de maneira geral, os consumidores estão cada vez mais informados e exigentes no que se refere aos padrões de qualidade dos alimentos que os mesmos consomem e por consequência de todo esse conhecimento, esses mesmos consumidores apresentam uma maior preocupação com o uso indiscriminado dos recursos naturais na produção de alimentos (MONTEIRO et al., 2012).

Diante da estima que é atribuída aos temas em questão, foi verificada a relevância que os mesmos possuem dentro do campo da ciência, porém, faz-se necessário uma melhor compreensão para qual dos dois temas o consumidor confere maior grau de importância.

Portanto, o presente trabalho tem a seguinte problematização: os consumidores têm uma maior preocupação com as questões ambientais ou uma preocupação maior com o consumo saudável de alimentos?

Assim, o presente artigo tem por objetivo, verificar se os consumidores da cidade de Dom Pedrito têm uma maior preocupação com as questões ambientais ou uma preocupação maior com o consumo saudável de alimentos. Como objetivos específicos, espera-se verificar para a consciência ambiental, o que mais contribui para o consumo saudável de alimentos, e, descobrir se há diferença de níveis de consciência ambiental e consumo saudável de alimentos de acordo com o perfil das pessoas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico trará uma revisão conceitual, dividido em três subcapítulos, conceituando questões relacionadas às atitudes e comportamentos do consumidor no que se refere a aspectos relacionados a hábitos de consumo, consciência ambiental, consumo sustentável de alimentos.

2.1 Hábitos de Consumo

Para Lemos et al. (2013), a sociedade de consumo e a Revolução Industrial estão compreendidas no mesmo contexto que envolve o desenvolvimento do sistema capitalista, que instaurou-se na Inglaterra no século XIX, apresentando duas alternativas a serem estudadas, uma supondo que a sociedade de consumo sempre teria existido, analisando que o consumo estaria presente desde o início da vida social, já a segunda alternativa seria que a sociedade de consumo teria sido fruto do nada, como se tivesse originando-se de uma condição espontânea, surgindo em meados do século XX, sendo esse o período que a mesma veio a aflorar ganhando a força que apresenta atualmente.

Em decorrência disso, o século XX foi caracterizado como o século do consumo, aonde ocorreu à expansão das despesas, com os níveis de consumo alcançando coeficientes extraordinários e jamais imaginados, com perspectivas de continuar sendo marcado pelo consumo elevado no século atual (LEMOS et al., 2013).

Lemos et al. (2013) fizeram uma observação com relação às muitas comodidades ocasionadas pelas mudanças nos hábitos de consumo nunca antes imaginadas para a vida urbana moderna, com a utilização indiscriminada dos recursos naturais, na busca por desenvolver tecnologias destinadas ao aumento dos lucros, com uma produção cada vez mais insustentável, originada pelo atual modelo produtivo que está voltado á atender diversos mercados de consumo.

Zanirato e Rotondaro (2016) apresentam o desejo de consumir cada vez mais, como algo instituído pela modernidade, em um momento em que as pessoas passaram a acreditar que era possível obter, pelo consumo, a sua satisfação pessoal. Diante disso a sociedade contemporânea é também chamada de sociedade do consumo, e assim sendo torna-se responsável em encontrar soluções para os problemas ecológicos por ela mesmos criados

(ZANIRATO; ROTONDARO, 2016). Para Efig e De Resende (2015, p. 2):

O consumo está na essência da sociedade moderna e as atuais formas de produção e consumo produzem impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, havendo a necessidade de mudanças de comportamentos dos consumidores como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável.

Desta forma através do comportamento do homem, podem ser construídas mudanças capazes de produzir um horizonte diferente (EFING; GEROMINI, 2016). Compreendendo-se que o desenvolvimento passa pela constituição de uma sociedade limpa e consciente (CHAIIS et al., 2013).

2.2 Consciência Ambiental

Historicamente a questão ambiental teve ampliado o seu campo de estudo nos anos 70, com a ocorrência de diversas conferências sobre a grave situação global bem como os movimentos ambientais que cresciam, popularizando-se, em resposta aos diversos questionamentos feitos por varias nações ao redor do mundo, que voltavam a sua atenção para tais fatos (WORSTER, 2003).

Assim a consciência ambiental foi ganhando espaço de percepção e notável importância, a partir da segunda metade do século XX, quando os problemas ambientais que já estavam apresentando-se de forma expressiva, e desse período até os dias atuais muitas observações tem sido feitas principalmente no que se refere à efetivação das muitas metas e propostas para um desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2012).

Desta forma o pensamento ambiental surge então, em resumo, como uma política simbólica, que compreende a relação política do cidadão com o Estado, com as instituições, com os outros cidadãos e por fim com o meio ambiente e o meio sociocultural (DE BARROS, 2012).

Para Dias e De Oliveira (2017), a definição de educação ambiental, está relacionada à inter-relação do homem com a natureza, de maneira a considerar caminhos que acarretem em uma conscientização do indivíduo da necessidade da autopreservação, diante de um contexto, aonde os impactos ambientais se tornam cada vez mais comprovados, em decorrência do processo de exploração e apropriação da natureza, que ocorre de maneira desordenada, e sem nenhum controle, pondo em risco um bem comum a todos.

Diante disto o processo capitalista, cada vez mais incentiva ao consumo, de maneira a fomentar o desenvolvimento, em um contexto em que a consciência ambiental cresce admiravelmente, ressaltando ainda que preocupação com os problemas ambientais que decorrem dos processos de crescimento e desenvolvimento ocorrem de forma lenta e diferenciada entre os diversos agentes, governos e organizações (PEREIRA, 2012).

Segundo Olívio et al. (2010), o momento atual demanda uma reinvenção do modo de vida da sociedade em geral, bem como da gestão política, que considere as prioridades, principalmente no que se trata de curto prazo, analisando que a responsabilidade coletiva é de extrema importância para delimitar a justa medida das ações humanas, na expectativa de um bem comum e ambiental.

No Brasil existem programas ambientais adequados ao sistema da biodiversidade brasileira, através da criação de leis que regulamentam o uso sustentável do meio ambiente, bem como a implantação de políticas públicas voltadas à educação ambiental, com vistas à construção de uma população ambientalmente consciente, desta forma torna-se uma obrigação do Estado o acesso à educação ambiental como forma de ação, que esteja voltada à preservação do meio ambiente (DIAS; DE OLIVEIRA 2017).

No capítulo VI, relacionado ao Meio Ambiente, no artigo 225, a Constituição Brasileira determina que:

art. 225;

§ 1º Para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público:

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Dias e De Oliveira (2017), afirmam que o Brasil é um dos países com maior contingente de leis que regulam a proteção ao meio ambiente e defendem que seja obrigatória a implantação de programas de educação ambiental em todos os seguimentos de ensino, visando desta forma que educação ambiental alcance por meios educacionais o indivíduo e a coletividade, com o objetivo da construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que sejam voltadas para a conservação do meio ambiente, com vistas ao bem de uso comum, a qualidade de vida e sua sustentabilidade, assim a educação ambiental é considerada pela lei como um componente essencial e permanente para a educação nacional.

Considerando que atualmente, o avanço a caminho de uma sociedade originada em valores de sustentabilidade, é permeado por conflitos de pensamentos que ocorrem em diversas esferas da sociedade, que vão desde instituições sociais, passando pelos sistemas de informação e de comunicação até chegar aos valores individualistas, competitivos e consumistas adotados pela sociedade contemporânea (JACOBI et al., 2009).

Para Quevedo et al. (2015) o nível de consciência ambiental não somente influencia em tais práticas, como também na intenção de compra do consumidor, seja de uma forma direta ou indireta, considerando que os consumidores que apresentam maior consciência ambiental possuem maior probabilidade de oferecer uma atitude positiva em relação ao consumo sustentável, além disso, aqueles que têm essa atitude positiva são os mais predispostos a ter intenção de consumo visando a sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, porém, Tambosi et al. (2015) afirmam que mesmo os consumidores apresentando uma predisposição para um consumo sustentável, nem sempre isto ocasiona um maior consumo.

Diante da relevante complexidade do processo de transformação pelo qual a uma sociedade atual vem passando, a mesma torna-se não somente ameaçada, mas também afetada diretamente pelos riscos e agravos socioambientais, ocorrendo à necessidade do desenvolvimento de práticas sustentáveis, que se se apresentem como uma alternativa para um desenvolvimento ambientalmente correto (JACOBI et al., 2009).

Nesse contexto, a perspectiva de um desenvolvimento sustentável torna-se necessária, a criação de iniciativas que viabilizem a manutenção e o equilíbrio ambiental, principalmente quando se trata de uma análise voltada a ponderar o padrão de consumo em questão, para que desta forma efetivamente, a partir das tomadas de decisões, sejam obtidos resultados que sejam justos e sustentáveis (PEREIRA, 2012).

2.3 Consumo de Alimentos Saudáveis

Para Alves e Jaime (2014), a alimentação é um dos fatores que determinam e condicionam a boa saúde, sendo esse um direito inerente a todas as pessoas, e que compõe uma das atividades humanas de maior importância, envolvendo não somente razões biológicas evidentes, mas também abrangendo aspectos econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais, que são à base da evolução das sociedades (PROENÇA, 2010). A alimentação saudável compreende ainda a ideia de que os alimentos devem compreender um consumo diário de alimentos naturais e puros, sem a presença de agrotóxicos e produtos químicos industrializados, que contribua com a conscientização no que se refere à necessidade do cuidado com os recursos naturais, com a segurança alimentar, com a

sustentabilidade do meio ambiente, que é de fundamental importância para que as pessoas possam ter acesso a uma alimentação saudável e de qualidade (ELL et al., 2012).

Neste contexto Ditlevsen (2019), analisam que consumo de alimentos orgânicos está cada vez mais crescente em todo o mundo ocidental, ponderando que as preocupações relacionadas com a saúde se apresentam frequentemente como a principal motivação dos consumidores que optam pela compra desses produtos.

Para Prentice et al. (2019) torna-se possível destacar que mesmo sendo visível que os alimentos orgânicos são mais caros que os convencionais, isso independe na hora da compra, pois o consumidor acredita que esses alimentos são mais seguros, principalmente os que apresentam certificação confiável e branding. Evidenciando ainda que há consumidores dispostos a pagar até mesmo o dobro do valor cobrado, quando a questão é a oferta de alimentos puros, nutritivos, seguros e sem agrotóxicos (BARBOSA JÚNIOR et al., 2012).

Ell et al. (2012) faz referência para presença de veneno nos alimentos, considerando que a mesma envolve duas dimensões, a primeira, referindo-se ao veneno que o alimento recebe ainda quando é uma planta, ou seja, quando o alimento é produzido de forma convencional, e a segunda dimensão faz menção ao veneno que é introduzido no alimento no processo industrial, seja a partir de conservantes ou temperos químicos.

Ditlevsen (2019) considera com base em um estudo de grupo, realizado na Dinamarca no ano de 2016, três diferentes formas de entendimentos sobre saúde alimentar, a partir da avaliação de consumidores sobre as suas preferências por produtos orgânicos, onde o primeiro entendimento está relacionado à saúde como pureza; o segundo a saúde como prazer e o terceiro atrelado à perspectiva holística da saúde, sendo os dois primeiros familiares da literatura no que se refere a alimentos, já o terceiro que remete a um pensar sobre os princípios por trás da agricultura orgânica, é o menos documentado segundo o pesquisador.

Em outro estudo com o objetivo de estimular as pessoas a um comportamento alimentar mais saudável, Kakoschke et al. (2017), evidenciaram que as pessoas que receberam dicas que influenciavam o consumo saudável de alimentos saudáveis, ao serem estimuladas para evitarem alimentos não saudáveis, apresentaram o mesmo comportamento.

Considerando as questões voltadas ao comportamento e perfil dos consumidores Levy (2010), aponta para o consumo saudável de alimentos ser mais comprovado por parte dos homens, enfatizando que as mulheres apresentam um consumo menos saudável de alimentos, em comparação ao sexo oposto, e, além disso, em geral, as mulheres parecem estar mais sujeitas a situações que não favorecem boas práticas alimentares, ponderando que a alimentação saudável é uma tendência comportamental que surge ao grau que o nível de instrução e de renda da população se elevam (BARBOSA JÚNIOR et al., 2012).

Nesse contexto se aplica uma reflexão sobre a mudança alimentar e nutricional, após a Revolução Verde conhecida como uma das grandes conquistas científica e tecnológica, voltada para salvar a humanidade da fome, que está conduzindo as pessoas cada vez mais para um declive perigoso, que pode vir a potencializar uma alteração dos alimentos, da vida humana, bem como dos biomas em seu conjunto, e ainda promovendo um confronto com a natureza, como se fosse uma guerra não declarada, aonde quem obtém os ganhos são os mercados a partir do uso intensivo de suas tecnologias (BATISTA FILHO, 2010).

Ell et al. (2012) ressaltam que o alimento é atraído pela aparência que o mesmo possui, independente do consumidor ter conhecimento ou não se esse alimento contém substâncias impróprias para a saúde, considerando que muitas pessoas acabam por consumir alimentos que não apresentam risco visível, pelo fato de terem maior praticidade, sem ponderarem nas alterações graves que ponderam serem acarretadas no organismo humano, como doenças contemporâneas, que podem levar até mesmo a morte, algo que se apresenta de uma forma clara e perceptível (ELL et al., 2012).

No que se trata da percepção humana dos riscos voltados às contaminações químicas e

substâncias nocivas presentes nos alimentos que estão relacionados às doenças da civilização contemporânea, isso ainda não se apresenta de uma forma clara e perceptível, talvez isso se de ao fato dos perigos não apresentarem-se muitas vezes perceptíveis (ELL et al., 2012). Porém torna-se considerável o fato que os perigos em certos casos não se intensificam durante a vida das pessoas afetadas, mas por outra perspectiva pode vir a gerar consequências na vida de seus descendentes, o autor ressalta ainda que alimentos que apresentem agrotóxicos não seriam comestíveis, pois comestível é tudo que pode ser consumido sem ocasionar intoxicação (ELL et al., 2012).

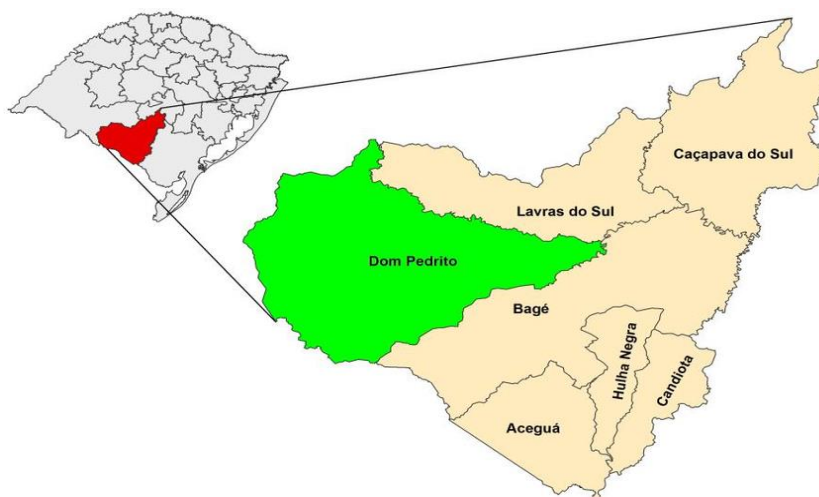
No Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição comunica com o foco em uma Estratégia Global, voltada a Promoção da Alimentação Saudável com o propósito de promover a responsabilidade de sociedade, seja no setor produtivo, bem como no setor público, com o objetivo de realizar mudanças necessárias no âmbito socioambiental que contribuam com escolhas alimentares saudáveis.

3. MÉTODO

O presente trabalho tem sua pesquisa caracterizada por descritiva e quantitativa. Rampazzo (2005) define que através da pesquisa quantitativa pode chegar-se a princípios explicativos e generalizações, já Larson e Farber (2013) dizem que dados quantitativos são desenvolvidos por medidas, números ou contagens.

O município para realização da pesquisa foi à cidade de Dom Pedrito, que fica localizada na região da campanha do estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), encontrando-se inserido dentro do Bioma Pampa e estando distante da capital do estado, Porto Alegre, cerca de 440 km de distância. Com aproximadamente cerca de 39.000 habitantes, conforme último censo demográfico realizado (IBGE, 2010). O município de Dom Pedrito foi escolhido pela facilidade de acesso aos dados, e pelo fato de observar-se que no mesmo encontram-se pessoas que cultivam em suas rotinas hábitos de consumo saudável, e também pelo fato de um melhor acesso aos respondentes.

Figura 1. Mapa do estado do Rio Grande do Sul, com destaque o município de Dom Pedrito.



Fonte: Matte, Spanevello e Andreatta (2015, p. 151).

A amostra escolhida para o estudo do presente trabalho foram moradores do município de Dom Pedrito/RS, onde foram aplicados os questionários a especificamente acadêmicos da universidade Federal do Pampa, frequentadores de academias de ginástica, consumidores da feira de agricultores familiares do município, funcionários públicos e professores da rede estadual de ensino, visando, assim, locais estratégicos e previamente definidos dentro da

cidade.

A amostra é, por conseguinte do tipo não probabilístico e por conveniência, considerando ser relevante esse tipo de amostragem, pelo fato da mesma ser menos dispendiosa, e se ocupar de consumir menos tempo. Ao todo, participaram do estudo 200 pessoas, todas moradoras da cidade.

A escala de consciência ambiental empregada foi utilizada por Quevedo Silva, De Oliveira Lima Filho e Freire (2015), os quais realizaram pesquisas sobre a influência da consciência ambiental e das atitudes em relação ao consumo sustentável na intenção de compra de carne bovina. Todas as afirmativas foram mensuradas por meio de escala tipo Likert 5 pontos (1 discordo totalmente, 5 concordo plenamente), mesma mensuração adotada na escala original.

A escala de consumo saudável de alimentos teve como base o trabalho de Hiamey e Hiamey (2018), os quais pesquisaram aspectos relativos ao consumo de alimentos em Sekondi-Takoradi, cidade de Ghana. Os autores mensuraram o consumo saudável por meio de três questões, ambas, verificadas por frequência. Estas questões foram adaptadas e neste trabalho, mensuradas pela mesma escala da consciência ambiental Likert 5 pontos (1 discordo totalmente, 5 concordo plenamente).

Após definição do modelo e das escalas, realizou-se um pré-teste, que foi realizado no dia 20 de maio de 2019, com uma amostra de 15 pessoas, depois de ouvidos os respondentes não houve sugestões e deu-se continuidade na pesquisa. Cabe ressaltar que as questões foram adaptadas ao contexto em estudo: meio ambiente e consumo alimentar consciente. Para a análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva, Teste-T e ANOVA, Tabulados e analisados pelo SPSS 20.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados da presente pesquisa. Inicialmente, será apresentado o perfil da amostra.

Tabela 1: Sexo

Sexo	Frequência	Porcentagem
Masculino	91	45,5
Feminino	109	54,5
Total	200	100,0

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao sexo dos respondentes, demonstrando que a proporção de mulheres da amostra foi superior à de homens entrevistados no presente estudo, apontando que dos 200 entrevistados, 45,5% são homens e 54,5% mulheres.

Tabela 2: Faixa Etária

Faixa Etária	Frequência	Porcentagem
Até 24 anos	39	19,5
De 25 a 34 anos	63	31,5
De 35 a 44 anos	52	26,0
De 45 a 59 anos	36	18,0
60 anos ou mais	10	5,0
Total	200	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Em relação à idade dos entrevistados, ficou perceptível que a maioria está na faixa etária entre 25 e 34 anos de idade correspondendo a 31,5% dos 200 respondentes.

Tabela 3: Escolaridade

Escolaridade	Frequência	Porcentagem
Fundamental Incompleto	10	5,0
Fundamental Completo	7	3,5
Médio Incompleto	5	2,5
Médio Completo	44	22,0
Superior Incompleto	74	37,0
Superior Completo	60	30,0
Total	200	100,0

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao grau de escolaridade, 37% dos respondentes possuem grau de instrução que corresponde a superior incompleto, seguido de 30% que dizem possuírem superior completo.

Tabela 4: Renda

Renda	Frequência	Porcentagem
Até R\$ 2.000	56	28,0
Entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000	77	38,5
Entre R\$ 4.000 e R\$ 6.000	36	18,0
Mais de R\$ 6.000	31	15,5
Total	200	100,0

Fonte: dados da pesquisa

No quesito renda, 38,5% dos entrevistados apresentam uma renda mensal entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000, seguidos por 28,0% que apresentam renda familiar de até R\$ 2.000.

Na seqüência, observou-se a média, a assimetria e a curtose dos itens.

Tabela 5: Média, Assimetria e Curtose dos Itens

	N	Média	Erro Desvio	Assimetria		Curtose	
	Estatística	Estatística	Estatística	Estatística	Erro Erro	Estatística	Erro Erro
CA1*	200	4,82	0,574	-4,177	0,172	20,800	0,342
CA2*	200	3,59	1,495	-0,577	0,172	-1,120	0,342
CA3*	200	4,04	1,367	-1,266	0,172	0,289	0,342
CA4*	200	4,55	1,045	-2,521	0,172	5,396	0,342
CA5*	200	3,49	1,566	-0,499	0,172	-1,285	0,342
CA6*	200	3,75	1,371	-0,748	0,172	-0,675	0,342
CA7*	200	4,35	1,115	-1,868	0,172	2,692	0,342
PS1**	200	3,86	1,375	-0,929	0,172	-0,422	0,342
PS2**	200	4,67	0,751	-2,682	0,172	7,556	0,342
PS3**	200	4,29	1,168	-1,682	0,172	1,796	0,342

*CS - Consciência Ambiental **PS - Preocupação com a Saúde

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 5 apresenta a média, a assimetria e a curtose dos itens. Em relação à média, o item CA1 (consciência de que os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza) foi o que apresentou o melhor desempenho, isto que dizer que a maioria dos respondentes concorda que para que os mesmos possam sobreviver melhor, deveriam estar em harmonia com o meio em que vivem.

Em relação à preocupação com a saúde, o item que apresentou um melhor desempenho foi o PS2 (dou importância à higiene dos alimentos que consumo), demonstrando que a maioria dos entrevistados atribui uma relevante importância à questão da higiene dos alimentos

consumidos pelos mesmos.

Com relação à normalidade dos dados, esta foi avaliada por meio da assimetria e curtose. Dos 10 itens, apenas um deles (CA1), apresentou assimetria e curtose fora dos padrões estabelecidos, sendo eles: assimetria com valor máximo de 3 e curtose com valor máximo de 10 (KLINE et al., 2005). Portanto, este item será excluído das análises futuras.

Na sequência, será apresentado o desempenho dos construtos da pesquisa.

Tabela 6: Desempenho dos Construtos

Construtos	N	Média	Erro Desvio	Significância
Consciência Ambiental	200	4,3225	0,88098	0,761
Preocupação com a Saúde	200	4,3500	1,12420	

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se a partir da Tabela 6 que a média da consciência e da preocupação com a saúde é praticamente a mesma. O teste T apresentou significância maior que 0,05, comprovando que de fato as médias são iguais. Assim sendo, pode-se concluir que as pessoas possuem o mesmo nível de consciência ambiental e preocupação com a saúde. Cabe ressaltar que pelo fato dessas médias serem altas as pessoas atualmente estão a partir de vários fatores reunidos, atribuindo bastante relevância as assuntos que envolvem as questões ambientais, que, por conseguinte estão atrelados a uma forma mais consciente de consumir alimentos, e nessa configuração, acabam também por preocupar-se mais com uma alimentação mais saudável.

Na sequência, observou-se o nível de consciência ambiental e preocupação com a saúde de acordo com o perfil da amostra.

Tabela 7: Construtos e Perfil da Amostra

Construto	Sexo	Média	Significância*
Consciência Ambiental	Masculino	4,2418	0,237
	Feminino	4,3899	
Preocupação com a saúde	Masculino	4,2527	0,265
	Feminino	4,4312	
Construto	Faixa Etária	Média	Significância**
Consciência Ambiental	Até 24 anos	4,3846	0,585
	De 25 a 34 anos	4,1746	
	De 35 a 44 anos	4,4231	
	De 45 a 59 anos	4,3333	
	60 anos ou mais	4,4500	
Preocupação com a saúde	Até 24 anos	4,3077	0,547
	De 25 a 34 anos	4,2857	
	De 35 a 44 anos	4,5769	
	De 45 a 59 anos	4,1944	
	60 anos ou mais	4,3000	
Construto	Escolaridade	Média	Significância**
Consciência Ambiental	Fundamental Incompleto	4,0000	0,307
	Fundamental Completo	4,0714	

	Médio Incompleto	3,6000	
	Médio Completo	4,3409	
	Superior Incompleto	4,4054	
	Superior Completo	4,3500	
Preocupação com a saúde	Fundamental Incompleto	4,1000	0,768
	Fundamental Completo	4,8571	
	Médio Incompleto	4,2000	
	Médio Completo	4,2727	
	Superior Incompleto	4,3243	
	Superior Completo	4,4333	
Construto	Renda Familiar	Média	Significância**
Consciência Ambiental	Até R\$ 2.000	4,1964	0,365
	Entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000	4,3961	
	Entre R\$ 4.000 e R\$ 6.000	4,2222	
	Mais de R\$ 6.000	4,4839	
Preocupação com a saúde	Até R\$ 2.000	4,3036	0,448
	Entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000	4,4416	
	Entre R\$ 4.000 e R\$ 6.000	4,1111	
	Mais de R\$ 6.000	4,4839	

* Técnica: Teste-T ** Técnica: ANOVA

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 7 demonstra que diante dos resultados obtidos a partir da pesquisa, é acentuado o equilíbrio que todas as variáveis apresentaram, visto que a significância dos testes foram superiores a 0,05. Também é possível identificar a partir da apresentação dos resultados a relevante participação do sexo feminino, compreendendo mulheres adultas, de classe média e com alto grau de instrução. A presente pesquisa também demonstra através de seus resultados que as pessoas em um modo geral, estão cada vez mais informadas e conscientes em relação às questões referentes aos temas em questão, independentemente se o assunto em abordagem for consciência ambiental, ou preocupação com a saúde, e independentemente do perfil dos respondentes.

De acordo com Olivio et al. (2010), é preciso haver uma reinvenção do modo de vida da sociedade em geral, visando bem comum e ambiental de modo coletivo. Corroborando com isto, Dias e De Oliveira (2017) destacam que brasileiros devem ter uma consciência ambiental de modo coletivo, voltadas ao uso comum. Cabe ressaltar, que aqueles que têm essa atitude positiva são os mais predispostos a ter intenção de consumo visando à sustentabilidade ambiental (QUEVEDO et al., 2015). Portanto, os resultados deste estudo vão ao encontro das evidências de Olivio et al. (2010) e Dias e De Oliveira (2017), os quais destacam que a consciência ambiental deve ocorrer e ser semelhante a todas as pessoas.

Em relação à preocupação com a saúde os entrevistados se apresentaram preocupados, de forma que as variáveis do tema em questão obtiveram equilíbrio, demonstrando assim que cada vez mais as pessoas estão preocupadas com a saúde dos alimentos que as mesmas consomem. Tal resultado vai de encontro com a colocação de Ditlevsen (2019), que analisa que o consumo de alimentos orgânicos é cada vez mais motivado, a partir da preocupação com a saúde por parte das pessoas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no presente artigo, o objetivo foi verificar se os consumidores têm uma maior preocupação com as questões ambientais ou uma maior preocupação com o consumo saudável de alimentos, foi constatada a partir da amostra apresentada que dentre os 200 entrevistados, o grau de importância aferido é praticamente o mesmo quando se trata da temática em questão. Assim, percebe-se que as pessoas tendem a dar uma importância tanto para a preocupação ambiental, como para o consumo saudável de alimentos, demonstrando que estes contextos fazem parte da consciência de muitas pessoas.

Como objetivos específicos, buscou-se verificar o que mais contribui para a consciência ambiental e para o consumo saudável de alimentos, e, desvendar se há diferença de níveis de consciência ambiental e consumo saudável de alimentos de acordo com o perfil das pessoas.

Primeiramente, constatou-se que o que mais contribui para a consciência ambiental é o fato de haver consciência de que os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza; com isto, percebe-se que a natureza é determinante para que a sociedade sobreviva, e em harmonia. Com isto, este tipo de reflexão pode contribuir tanto para o aspecto pessoal como, indiretamente com uma harmonia coletiva do indivíduo com o meio em que vive.

Em relação ao consumo saudável de alimentos, o que mais contribuiu para este, foi o fato das pessoas darem importância à higiene dos alimentos que consomem. Portanto, nota-se haver uma preocupação com a higiene, já que isto é percebível podendo ocasionar contaminações e doenças, considerando que diante do desempenho referente à variável em questão, há correlação com o que diz Ell et al. (2012).

Por fim, buscou-se descobrir se há diferença de níveis de consciência ambiental e consumo saudável de alimentos de acordo com o perfil das pessoas. Constatou-se que o nível de consciência ambiental e a preocupação com o consumo saudável de alimentos é a mesma, independentemente do sexo, faixa etária, escolaridade e renda das pessoas. Este resultado confirma os pressupostos de Olivio et al. (2010) e Dias e De Oliveira (2017), ressaltando que as pessoas devem ter um mesmo nível de consciência ambiental.

Finalmente, a pesquisa demonstra que todo o esforço que tem sido feito, por várias intuições, sejam através de campanhas na mídia, leis criadas, ou até mesmo a partir de iniciativas individuais ou coletivas, parece estar sendo válido para a construção de um pensamento voltado ao uso consciente dos recursos, em um momento em que o consumismo apresenta-se de forma indiscriminada; assim como, percebe-se uma conscientização para o consumo de alimentos saudáveis, ponderando que pessoas atualmente encontram-se cada vez mais bem informadas, e isso de fato vem a contribuir para que as mesmas busquem conhecer cada vez mais as características, bem como a procedência dos alimentos consumidos por elas. Destaca-se ainda que o acesso às informações, a princípio, vem a colaborar com a construção de um pensamento ambientalmente correto do uso dos recursos naturais, que possa colaborar na edificação de práticas socioambientais corretas, sejam elas praticadas de maneira individual ou coletiva. Ressaltar-se ainda que mesmo diante de um consumo infinito dos recursos, as pessoas, as estão cada vez mais conscientizadas da sua responsabilidade pessoal, diante de um mundo que caminha a passos largos para um esgotamento dos recursos naturais.

De modo que diante do presente artigo, não pode se negada a importância que a educação ambiental apresenta para que sustentabilidade dos recursos seja mantida, através de uma efetiva consciência ambiental bem definida a partir de cada indivíduo.

Ressaltando que a principal limitação de pesquisa é o fato de a amostra ser do tipo por conveniência, visto que foi conveniente a pesquisadora convidar as pessoas a participarem do estudo em pontos estratégicos da cidade. Como contribuição de pesquisa, recomendam-se estudos similares ao tema em centros maiores, no sentido de comparar os resultados, buscando verificar se de fato, as pessoas estão tendo consciência ambiental e preocupação

com o consumo saudável de alimentos.

Por fim, é importante destacar que o presente estudo, possibilita ainda que a partir do mesmo possam ver também a serem realizadas outras pesquisas, que não apenas vise mensurar os temas em questão, como também ampliar o campo de estudo que busque compreender mais a inter-relação do consumidor e a produção dos alimentos que o mesmo consome como é o caso da produção para autoconsumo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Kelly Poliany de Souza; JAIME, Patrícia Constante. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 4331-4340, 2014.

ASSADOURIAN, Erik. Ascensão e queda das culturas de consumo. In: **Worldwatch Institute**. Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável. Salvador: Uma Ed., 2010

BRASIL. Secretaria Nacional do Consumidor. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. Consumo sustentável / Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor; Patrícia Faga Iglecias Lemos [et al]; coordenação de Patrícia Faga Iglecias Lemos, Juliana Pereira da Silva e Amaury Martins Oliva. -- Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BARBOSA JÚNIOR, Djalma Adão et al. Preferência por Alimentos Seguros: estudo de caso do consumo de morango em um município de Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 10, n. 2, 2012.

CHAI, Cassiane et al. **Consumo Consciente**: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha, 2013.

DE ALMEIDA RIBEIRO, Juliane; VEIGA, Ricardo Teixeira. Proposição de uma escala de consumo sustentável. **Revista de Administração**, v. 46, n. 1, p. 45-60, 2011.

DE BARROS, Antonio Teixeira. Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 57, n. 1, 2012.

DE REZENDE PINTO, Marcelo; BATINGA, Georgiana Luna. O consumo Consciente no Contexto do Consumismo Moderno: Algumas Reflexões. **GESTÃO. Org**: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, v. 14, 2016.

DE TONI, Deonit; LARENTIS, Fabiano; MATTIA, Adilene. Um estudo sobre a configuração da imagem do conceito de consumo consciente. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 113-128, 2012.

DIAS, Antonio Augusto Souza; DE OLIVEIRA DIAS, Marialice Antão. Educação ambiental. **Revista de Direitos Difusos**, v. 68, n. 1, p. 161-178, 2017.

DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, 2003.

DITLEVSEN, Kia; SANDØE, Peter; LASSEN, Jesper. Healthy food is nutritious, but organic food is healthy because it is pure: The negotiation of healthy food choices by Danish consumers of organic food. **Food Quality and Preference**, v. 71, p. 46-53, 2019.

EFING, Antônio Carlos; DE RESENDE, Augusto César Leite. Educação para o consumo

consciente: um dever do Estado. **Revista de Direito Administrativo**, v. 269, p. 197-224, 2015.

EFING, Antônio Carlos; GEROMINI, Flávio Pentead. Crise ecológica e sociedade de consumo. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, n. 2, 2016.

EFING, Antônio Carlos; SOARES, Alexandre Araujo Cavalcante. Ética do consumo, consumo consciente e felicidade. **Revista do Direito**, v. 1, n. 48, p. 52-69, 2016.

HAIR, Joseph F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.

HIAMEY, Stephen Edem; HIAMEY, Grace Aba. Street food consumption in a Ghanaian Metropolis: The concerns determining consumption and non-consumption. **Food control**, v. 92, p. 121-127, 2018.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dompedito/panorama>> Acesso em: 17/06/2019.

JACOBI, Pedro Roberto; TRISTÃO, Martha; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

KAKOSCHKE, Naomi; KEMPS, Eva; TIGGEMANN, Marika. Impulsivity moderates the effect of approach bias modification on healthy food consumption. **Appetite**, v. 117, p. 117-125, 2017.

KLINE, Rex B. **Principles and Practice of Structural Equation Modeling**. 3º ed. New York: The Guildford Press, 2011.

LEMOS, Patrícia Faga Iglecias et al. Brasil. **Consumo Sustentável**: caderno de investigações científicas, vol. 3. Brasília: Secretaria Nacional do Consumidor, Ministério da Justiça, 2013.

LEVY, Renata Bertazzi et al. Consumo e comportamento alimentar entre adolescentes brasileiros: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3085-3097, 2010.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de Sucessão em Propriedades de Pecuária Familiar no Município de Dom Pedrito-RS. **Revista HOLOS**, Ano 31, vol. 1- p. 151, 2015.

MONTEIRO, Thel Augusto et al. Consciência ecológica e atitudes dos consumidores: um estudo exploratório sobre seus impactos diante de produtos e marcas. **Revista de Administração**, v. 10, n. 3, p. 183-198, 2012.

OLÍVIO, Dennis Henrique Vicário et al. A ética do Consumo. **Scientia FAER. Olimpia**: São Paulo. Ano, v. 2.

ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza C. **Da produção ao Consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PEREIRA, Suellen Silva; CURI, Rosires Catão. Meio ambiente impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência

ambiental. **REUNIR–Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 35-57, 2012.

PRENTICE, Catherine; CHEN, Jue; WANG, Xuequn. A influência do produto e atributos pessoais no marketing de alimentos orgânicos. **Revista de Varejo e Serviços ao Consumidor**, v. 46, p. 70-78, 2019.

PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Alimentação e globalização: algumas reflexões. **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 43-47, 2010.

QUEVEDO SILVA, Filipe; DE OLIVEIRA LIMA FILHO, Dario; FREIRE, Otávio. A influência da consciência ambiental e das atitudes em relação ao consumo sustentável na intenção de compra de carne bovina. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 8, n. 3, 2015.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2005.

SAMPAIO, Danilo et al. Consumo de Alimentos Orgânicos: um estudo exploratório. **Revista Administração em Diálogo-RAD**, v. 15, n. 1, 2014.

SILVA, Minelle Enéas; DE OLIVEIRA, Alice Paz Marques; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Indicadores de consumo consciente: uma avaliação do recifense sob a ótica do consumo sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n. 2, p. 173-190, 2013.

SILVA, Minelle Enéas; MENK, Tomás Farcic. A prática do consumo e os níveis de consciência: o consumo consciente sob a Filosofia de Hegel. **Revista Espacios**, v. 35, n. 8, 2014.

TAMBOSI, Silvana Silva Vieira et al. Consciência ambiental, hábitos de consumo sustentável e intenção de compra de produtos ecológicos de alunos de uma IES de Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo - ReAT**, v. 5, n. 3, p. 454-468, 2014.

TAMBOSI, Silvana Silva Vieira et al. Proposta de redimensionamento de escalas sobre consumo sustentável, consciência ambiental e intenção de compra de produtos ecológicos, a partir da ótica de universitários brasileiros. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, p. 28-41, 2015.

TÓDERO, Mirele; MACKKE, Janaina; BIASUZ, Tamiris Sluminski. O consumo consciente e sua relação com as ações de responsabilidade social empresarial. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 1, p. 158-175, 2011.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.

ZANIRATO, Sílvia Helena; ROTONDARO, Tatiana. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 77-92, 2016.